

DIÁLOGO ECUMÊNICO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

*Aloísio Cardeal Lorscheider**

Introdução

Alguns gostam de chamar isso de *macroecumenismo*. Prefiro manter as duas expressões separadas. Por quê? É que o diálogo *ecumênico* significa a busca da autêntica *Igreja* de Jesus Cristo. A Igreja una, santa, católica, apostólica, fundada por Jesus Cristo. Ao passo que diálogo *inter-religioso* é a busca da autêntica *religião* e, para nós, a religião querida por Jesus Cristo. No diálogo ecumênico o *objeto* é a Igreja; no diálogo inter-religioso o *objeto* é a religião.

I. Diálogo: O que é? O que se entende por diálogo?

É uma das palavras-chave da pastoral do Vaticano II. A outra palavra é «*aggiornamento*». *Dialogar* é fundamentalmente dar a outro o testemunho de uma convicção íntima que se tem, dando, ao mesmo tempo, ao outro o necessário espaço para dar por sua vez testemunho de sua convicção íntima.

Conforme Paulo VI, no discurso de 29 de setembro de 1963 e na Carta Encíclica *Ecclesiam Suam* de 6 de agosto de 1964, o início, o ponto de partida do nosso diálogo é o *anúncio de Evangelho*. Isto, na verdade, significa interpretar, reler o Evangelho, ou seja, sentar juntos e descobrir como entender o Evangelho hoje.

Podemos citar aqui *Mt 28,18-20*: “Ide ao mundo inteiro e fazei discípulos meus todos os povos...”. É muito importante a expressão “*ide ao mundo inteiro*”. Nós temos que ir ao encontro do

mundo, necessitamos tomar a iniciativa a partir do Evangelho, e não esperar que venham a nós. Vamos aos outros, testemunhando nossa convicção: E, ao mesmo tempo, temos que estar dispostos a ouvir as convicções dos outros.

Precisamos, portanto, saber confrontar-nos no âmbito da Palavra de Deus, buscando entender o que Jesus disse. Não importa se gostamos ou não, importa o que foi dito por Jesus, o qual deve ser seguido. Portanto, o nosso encontro, o nosso diálogo, devem ser e se dar *por intermédio do Evangelho*. Não importa o credo: católico, luterano, presbiteriano, metodista..., o fundamental é o encontro por meio do Evangelho. Esse é o ponto de referência para todo diálogo: descobrir como cada qual lê o Evangelho e, a partir daí, dialogar.

II. O Concílio Ecumênico Vaticano II

O Vaticano II deu-nos dois documentos importantes: um para o diálogo ecumênico: é o decreto *Unitatis Redintegratio* de 21 de novembro de 1964 (portanto 40 anos atrás:), o outro é a declaração *Nostra Aetate* de 28 de outubro de 1965 (completará 40 anos no mês de outubro deste ano).

1. O decreto *Unitatis Redintegratio*

O decreto *Unitatis Redintegratio* consta de 3 grandes capítulos:

Princípios católicos sobre o ecumenismo; A prática do ecumenismo; A Igreja e Comunidades Eclesiais separadas da Sé Apostólica Romana.

Três são as afirmações básicas deste documento conciliar:

1. O *espírito* que anima é um espírito muito positivo: os irmãos, tanto do Oriente, quanto do Ocidente, que hoje nascem nas comunidades de outras denominações cristãs, se devidamente batizados, não devem ser tidos como hereges, cismáticos, apóstatas, mas como *irmãos*, que a Igreja Católica abraça com respeito e amor fraternos. Aquele que é devidamente batizado, é incorporado em Cristo. Este é um *vínculo sacramental* de unidade e justifica o

nome de cristão e de irmão na fé e no sacramento, embora não seja *comunhão plena*.

2. Uma Segunda afirmação doutrinária de grande alcance é o *reconhecimento positivo* de riquezas nestas comunidades cristãs. Com a união destas comunidades conosco, não só enriquecemos estas comunidades, mas somos *também* enriquecidos pelos valores cristãos que elas encerram.

3. Daí uma terceira afirmação: embora estas comunidades cristãs não possuam a plena catolicidade e a plena apostolicidades, elas não deixam de ter o seu sentido e peso no mistério da salvação.

Como se pode muito bem perceber por estas três afirmações, com o decreto *Unitatis Redintegratio* inaugura-se uma nova era na relação entre católicos e os irmãos e irmãs dessas comunidades, a era da relação fraterna.

2. A declaração *Nostra Aetete*

A declaração *Nostra Aetete* sobre a relação da Igreja Católica com outras Religiões não cristãs consta de 4 aspectos: O hinduísmo e o budismo; o islamismo; o judaísmo e a fraternidade universal e a exclusão de toda e qualquer discriminação.

Que afirmação temos aqui?

1. A Igreja Católica não rejeita nada do que nestas religiões há de verdadeiro e santo. Considera com respeito sincero os modos de agir e de viver, os preceitos e doutrinas que, embora divergentes em muitos pontos do que a Igreja Católica professa e ensina, percebe que não raro refletem lampejos daquela Verdade que ilumina a todos os homens. Anuncia e vê-se ela de fato obrigada a anunciar incessantemente o Cristo que é o “caminho, verdade e vida” (*Jo 14,6*), no qual Deus tudo reconciliou a Si (*2Cor 5,18-19*). Exorta, por isso, seus filhos a que, com prudência e amor, através do diálogo e da colaboração com os seguidores de outras religiões, testemunhando sempre a fé e vida cristãs, reconheçam, mantenham e desenvolvam os bens espirituais e morais, como também os valores sócio-culturais que entre eles se encontram.

2. Quanto ao *Islamismo*, o Concílio exorta a todos que, esquecendo o passado de não poucas desavenças e inimizades, procurem sinceramente uma compreensão mútua, defendam e promovam unidos a justiça social, os bens morais, a paz e a liberdade para todas as pessoas.

3. Quanto ao *Judaísmo* há sobretudo o Antigo Testamento que nos é comum. É deste povo que vêm Cristo segundo a carne (Rm 9,4-5), filho da Virgem Maria, os Apóstolos, fundamentos e colunas da Igreja, e muitos dos primeiros discípulos que anunciaram ao mundo o Evangelho de Cristo. Pensar também, embora o documento não o diga, em São José, no velho Zacarias e sua esposa Isabel, em S. João Batista, precursor do Senhor, no velho Simeão e na velha Ana, profetisa, todos os exemplos e testemunhas admiráveis para os cristãos: Lázaro, Marta e Maria.

Sendo, pois, grande o patrimônio espiritual comum aos cristãos e judeus, o Concílio quer fomentar e recomendar a ambas as partes mútuo conhecimento e apreço. Poderá ele ser obtido principalmente pelos estudos bíblicos e teológicos e ainda por diálogos fraternos.

Embora a Igreja seja o novo Povo de Deus, os judeus, no entanto, não devem ser apresentados nem como condenados por Deus, nem como amaldiçoados, como se isso decorresse das Sagradas Escrituras. Haja por isso cuidado, da parte de todos, para que, tanto na catequese como na pregação da Palavra de Deus, não se ensine algo que não se coadune com a verdade evangélica e com o espírito de Cristo.

4. A Igreja Católica defende a fraternidade universal e desaprova toda e qualquer *discriminação* entre os homens e os povos no que se refere à dignidade humana e aos direitos que daí dimanam.

III. Como, pois, deve ser o diálogo?

1. Animado por um amor generoso, aberto, sincero.

2. Sem limites e sem cálculos. Não podemos pensar só no resultado. O que importa e deve ficar bem claro é que há uma

missão a ser cumprida: testemunhar a convicção íntima que brota da fé, pelo Evangelho. Qualquer opinião, seja sobre economia, política, cultura e religião, deve sempre ser dada à luz da fé. Devemos nos apresentar *bem desarmados*. Não temos o direito de coagir quem quer que seja. Não podemos ser *proselitistas*. Temos apenas que anunciar, dar testemunho da nossa fé... E para isso, respeitar os outros. Se aceitarem o nosso testemunho: ótimo! Se não, paciência! Coagindo os outros, nada conseguiremos. Não podemos entrar no jeito de fazer propaganda do mundo de hoje (*marketing*) Como anunciadores da Boa Nova, precisamos ajudar os outros propiciando liberdade de expressão e decisão.

Só pelo caminho legítimo da educação humana, da persuasão interior, do trato normal, respeitando a liberdade pessoal e civil das pessoas, é que podemos dialogar. Nunca podemos ser agressivos. Temos que ter presente a lentidão do crescimento e da maturação psicológica e histórica. É preciso esperar a eficácia da Palavra. E esta eficácia só vem de Deus.

3. Perseverante, claro, confiante... O diálogo tem que recomeçar cada dia. Não nos podemos deixar vencer pelo cansaço. O diálogo deve ter clareza. É impossível falar e transmitir algo sobre a nossa fé se não temos clareza sobre ela.

Outra qualidade do diálogo é a *mansidão*. É preciso haver estima mútua. Confiança e seriedade entre nós. Caso contrário, voltamos à discussão, que não resolve.

No diálogo devem andar sempre de mãos dadas: *verdade e caridade, inteligência e amor*, em vista de uma descoberta sempre mais total da Revelação pelo testemunho da fé em Cristo Jesus. O ponto de união, finalmente, será JESUS CRISTO!

**Aloísio Cardeal Lorscheider*

Arcebispo de Fortaleza (1973-1995), Arcebispo emérito de Aparecida/SP